

LIBÂNIA: PÉS NO CHÃO EM BELÉM DO GRÃO-PARÁ

*Amanda Maia FURTADO
Maria da Luz Lima SALES*

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a conjuntura social da personagem Libânia dentro do romance Belém do Grão-Pará, de Dalcídio Jurandir, verificando a forma como este autor, enquanto integrante da Academia do Peixe Frito, retrata na literatura as camadas ditas “pés no chão”. Para tanto, utiliza-se como metodologia a pesquisa bibliográfica apoiada nas discussões de Antonio Candido (1970) e Beth Brait (1985) acerca dos aspectos gerais relacionados à estrutura da obra literária; Paulo Nunes e Vânia Costa (2016) acerca das incursões do autor marajoara na Academia do Peixe Frito; bem como nos estudos de Ivone Veloso (2014), sobre a representação da infância na literatura, e de Paes Loureiro (2002), no que tange ao caráter estético construído literariamente.

Palavras-chave: Dalcídio Jurandir; Belém do Grão-Pará; Academia do Peixe Frito.

ABSTRACT

This following paper exists to analyse the social conjecture of the character Libânia, in the novel Belém do Grão-Pará, written by Dalcídio Jurandir, verifying how this author, being a member of the Peixe Frito Academy, portrays on the literature the layers denominated “pés no chão”. To do so, the bibliographic research methodology is utilized, based on the discussions from Antonio Candido (1970) and Beth Brait (1985) about the general aspects related to the structure of the literary work; Paulo Nunes and Vânia Costa (2016) about the marajoara author’s incursions on the Peixe Frito Academy; as well as the studies of Ivone Veloso (2014), about the representation of childhood on literature, and of Paes Loureiro (2002), who delves into the aesthetic nature built literarily.

Keywords: Dalcídio Jurandir; Belém do Grão-Pará; Peixe Frito Academy.



da palavra

VOL. 15 | N. 1 | JUL. 2018

ISSN 1415-7950

INTRODUÇÃO

No século XX, época em que as aspirações burguesas dominavam os ares da Amazônia, local fonte de exploração daqueles que tinham os recursos para extrair suas riquezas, nasce na região do Marajó, no Pará, Dalcídio Jurandir Ramos Pereira, sujeito que em breve se tornaria não apenas um observador do cenário desenhado em sua região e no mundo, mas quem lançaria sobre ela a sua principal contribuição de mudança: um ciclo literário desnudador de uma realidade social camuflada.

Aos treze anos, Dalcídio mudou-se para a capital de seu estado, para dar continuidade a seus estudos, tendo, tempos depois, seguido clandestinamente para o Rio de Janeiro, onde trabalhou voluntariamente como revisor de uma revista e também como lavador de pratos. Porém, sem meios de subsistência na cidade, retornou ao interior do Pará, onde, após ter trabalhado no funcionalismo público, decidiu ir residir em Belém, sendo nomeado, com a ajuda de amigos, como auxiliar de gabinete da interventoria do Estado.

Dalcídio, que finalizou a primeira versão de seu primeiro romance *Chove nos campos de Cachoeira* em meados da década de trinta, por meio de sua literatura, apresenta ao atual leitor a cidade de outrora, mas que ainda se faz tão presente, a ponto de seus textos nem parecerem datar de um século passado. Os conflitos expostos por ele imbricam-se ficticiamente a um contexto sociocultural refletido nas reais feições da sociedade paraense.

Grande parte dos escritos desse autor demonstra sensibilidade e criticidade à cultura marginalizada e desconsiderada pelas camadas sociais mais abastadas. Ademais, uma das hipóteses possíveis para tal olhar, constitui seu posicionamento abertamente declarado a favor dos ideais e práticas socialistas. Profundamente envolvido pela partilha desses ideais e por outros interesses comuns, Dalcídio esteve várias vezes nas recorrentes reuniões promovidas por intelectuais, como o amigo Bruno de Menezes, o qual estava à frente do grupo de intelectuais chamado Academia do Peixe Frito (APF).

No que tange à literatura dalcidiana, destaca-se, aqui, *Belém do Grão-Pará*, obra que narra a história de Alfredo, menino-protagonista que migra de Marajó para Belém a fim de estudar – no grupo escolar Barão do Rio Branco –, indo residir com os Alcântaras. Trata-se de um romance da decadência, pois nele tudo desaba e desmorona (MAUÉS, 2008): tanto o prédio da casa da família com quem o protagonista vive quanto as próprias personagens que nela habitariam se a casa não caísse. O pai da família, o senhor Virgílio decai duplamente: após um bom cargo de administrador do mercado de São Brás, consegue um “empreguinho” na Alfândega, acabando por deixar-se corromper nesse novo trabalho. D. Inácia, a esposa que aproveitara tudo do “bem-bom” nos tempos do leimismo, precisa enfrentar o ostracismo de habitar numa casa da travessa Gentil. Logo ela que já havia morado na Vinte e Dois de Junho! Por fim, a filha Emília, que perde o noivo e a esperança de casar-se. Todos juntos sentem as saudades dos tempos áureos do intendente Antonio Lemos, que tanta riqueza trouxe a Belém e, desolados, precisam lidar com a queda do preço da borracha: “Enquanto Seu Virgílio olhava, do seu trabalho da Alfândega, os cais esvaziados, barcos secos e armazéns fechados, D. Inácia rememorava a cidade do fausto, no apogeu da economia da borracha, na qual o Senador Lemos mantinha sua corte” (LEITE, 2006, p. 31 [grifo do autor]).

Por outro lado, no romance dalcidiano, as personagens mais humildes aparecem constantemente com os pés no chão. É o caso de Libânia, personagem de análise deste trabalho, a cabocla cor de telha, “criada” da casa; de Antônio, o amarelinho que vive de casa em casa a fim de fazer pequenos serviços; e de Mãe Ciana, a qual, com seu tabuleiro e descalça, anda nas ruas de Belém, vendendo papelotes de cheiro do Pará. Estes, descendentes de índios e de africanos, refletem as duras condições de sobrevivência pelas quais perpassa o povo sofrido, não podendo sequer viver dos restos “daquele desabamento de preços e fortunas” (JURANDIR, 2004, p. 18), conforme retratado pelo autor.

DALCÍDIO JURNDIR E A ACADEMIA DO PEIXE FRITO (APF)

Nos anos trinta, o poeta e jornalista Bruno de Menezes, tomou a frente de um grupo de intelectuais predominantemente negros e autodidatas – bem como ele próprio – que, por meio da literatura e de suas rodas de conversas à beira da Baía do Guajará, no Ver-O-Peso, contribuiu para instituir “a modernidade literária e a defesa da Negritude no Norte do Brasil” (COSTA; NUNES, 2016, on line). O resultado dos encontros realizados pelo grupo foi de grande influência à literatura dalcidiana e às demais que partilhavam o âmbito de diálogo realizado em meio ao peixe frito, ao açaí, à cachaça e às próprias raízes do povo belenense que por ali circulava.

Instigados pelo ambiente de encontro, o grupo denominou-se Academia do Peixe Frito, cujo cerne era as discussões sociopolíticas e culturais sobre a sociedade brasileira, com um olhar bem particular para o contexto amazônico, o qual era muitas vezes romantizado por outras criações literárias e jornalísticas propositalmente superficiais, já que na época “o nacionalismo e a exaltação pela terra influenciavam na construção de um pensamento sobre identidade cultural” (MORAES, 2017, p. 37). Nesse sentido, o que Dalcídio escrevia ia de encontro à produção vigente, perscrutando um lado ainda não explorado da vida amazônica, pois:

Ao invés de espetacularizar a exuberância e a riqueza da fauna e da flora – o que foi muito comum entre os escritores a partir da década de 1930 – ele preferiu dar à sua produção um enfoque mais social, dialogando com alguns acontecimentos históricos e socioculturais que aludem ao sentimento de ruína e decadência, provocando uma reflexão sobre a miséria humana e a falta de perspectiva violadoras da existência dos habitantes sobreviventes da região amazônica. (MORAES, 2017, p. 37)

Tal intento por parte desse autor, e dos demais integrantes da APF, estava diretamente relacionado ao fato de a Amazônia estar vivendo a derrocada do ciclo da borracha, cujo auge patrocinou todo o aburguesamento de suas capitais e a construção da máscara que ocultava a verdadeira face dos que mantinham toda a beleza das cidades. Afinal, todo esse processo de crescimento e urbanização pelo qual a capital do estado do Pará e as demais da região amazônica passavam era sustentado pelas classes trabalhadoras mantidas sob regime severo de dívidas.

Lembremo-nos de que o mundo que a borracha criou foi todo construído a partir da exploração e da usurpação dos direitos trabalhistas. O chamado seringal-empresa expandia-se à medida que seu trabalho necessitava de mão-de-obra e esta estava sendo atraída abundantemente para a Amazônia em consequência de seu crescimento. Boa parte dos trabalhadores que aqui chegava eram nordestinos atingidos pelas crises de seca que aconteceram por volta de 1877 – meados do início do ciclo da borracha, que viria a decair por volta de 1912 – e fizeram com que famílias se incorporassem às que já haviam se estabelecido nestas paragens.

Nessa situação de migração para a região amazônica, o Estado não se manteve à parte da relação de aliciamento que se firmou nesse contexto, pois administradores do Amazonas e do Pará passaram a atender pedidos de proprietários de seringais que desejavam complementar o número de trabalhadores de suas empresas, enviando representantes para convencerem mais famílias a saírem de seus territórios, fugindo da seca e em busca de estabilidade financeira em uma das regiões que mais se desenvolvia no Brasil. A vinda dessas famílias para a Amazônia era custeada por tais agentes da representação administrativa, que pagavam passagens, hospedagens e alimentação desde o ponto de partida até a chegada.

A essa operação de captação de mão-de-obra chamou-se “recrutamento”, o qual surpreendia e aprisionava os recrutados ao chegarem a seu destino e se depararem com grandes dívidas adquiridas nessa trajetória que havia ilusoriamente sido patrocinada. Então, o que deveria ser o início de uma nova vida tornava-se um pesadelo, pois o seringueiro “aparentemente, era livre, mas a estrutura econômica o colocava em situação de trabalho semelhante à relação de servidão”. (SARGES, 2002, p. 103)

Dessa forma, o olhar crítico de Dalcídio, que observava e vivia toda as transformações e consequências trazidas pelo ciclo da borracha, detinha-se principalmente nas situações daqueles com quem ninguém se preocupava em retratar. O escritor marajoara e os demais literatos da APF

[...] deixaram obras, rastros, marcas importantes na história do Pará e da produção literária e jornalística e na ação política (não necessariamente partidária). Sua rebeldia não se resumia à escrita de obras literárias. Suas ações, consideradas por alguns quase “antipatriotas” de tão questionadoras que eram, traziam aos cafés e espaços sociais e repartições públicas da cidade as angústias, as dores e também as alegrias, a música, a poesia de uma população, negra e mestiça, há muito marginalizada por uma cultura eurocêntrica, à parisiense, que ignorava os pobres e a cultura popular, sobretudo aquela advinda dos subúrbios de Belém, em especial dos bairros do Jurunas, Umarizal, Telégrafo e Vila da Barca, que fazia parte da vivência dos moços da Academia do Peixe Frito. (COSTA; NUNES, 2016 on-line)

O grupo como um todo, portanto, teve a missão de levar à tona a cultura e a produção intelectual que não somente se preocupava em expor as mazelas da sociedade, mas também em revelar que eles próprios, enquanto populares advindos dos subúrbios, tinham condições de protagonizar o cenário estabelecido, recriando-o. Dalcídio, especificamente, conseguiu expor mazelas sem o tom de melancolia que se esperava como resultado das situações precárias que retratou. Situações essas dentre as quais, aqui, busca-se destacar a da personagem Libânia, uma das que, segundo Paulo Nunes (2007), divide com o narrador a responsabilidade de narrar a completude de ações desenvolvidas ao longo do romance Belém do Grão-Pará por meio do discurso indireto livre e de outros recursos da enunciação, fato esse que caracteriza a escrita “híbrida” do autor marajoara.

Esta personagem, especificamente, revela o modo como o escritor incorpora à literatura sua visão sobre aqueles que, como muitos dos que migraram para a região no auge do ciclo da borracha, também viviam em um regime semelhante ao de servidão. São situações que se concatenam em suas naturezas de pobreza e da necessidade de sair do local de origem, bem como em seus resultados não tão positivos e modificadores da realidade antes experimentada.

UM OLHAR SOBRE LIBÂNIA EMBELÉM DO GRÃO-PARÁ

A partir do contexto histórico vivenciado em Belém do Grã-Pará pelo protagonista Alfredo, desde o processo de migração do interior para a cidade e durante sua estada em Belém, evidencia-se a servidão intrínseca à figura de Libânia, apresentada desde o primeiro momento como “cria da família” (JURANDIR, 2004), acolhedora do garoto. No que se refere aos aspectos servis da obra, ela é uma personagem-chave, apesar de outros também serem de alguma forma marginalizados socialmente – inclusive o próprio Alfredo. A menina possui, dentro do romance, um espaço que nenhum outro ocupa, pois convive diretamente com Alfredo, e a narrativa, por conseguinte, é construída sob o olhar deste.

Embora a escravidão difira da servidão, ambas são separadas por uma tênue linha, pois esta foi gestada no ventre do escravismo e juntamente com ele permaneceu como um dos sustentáculos do trabalho doméstico e comercial de tantas famílias nobres e burguesas, bem como a dos Alcântaras, que, apesar de ser defensora ferrenha do leimismo e de ter desfrutado dos prazeres que esse governo proporcionou-lhe, decaiu juntamente com ele. A família Alcântara, mesmo quando obrigada a mudar-se para o nº 160, na Gentil Bittencourt, tentara manter as aparências, posando como quem tem posses, quando na realidade não tinham dinheiro algum e nutriam, com dificuldade, seu sustento e o da casa que lhes custava sessenta mil réis de aluguel e mais seis de taxa d’água.

A respeito da servidão, em Belém do Grão-Pará Dalcídio elabora perso-

nagens estereotípicas que acabam por denunciar o sistema vigente. Libânia, “pés de tijolo, a saia de estopa, apressada e ofegante, serva de quinze anos trazida, muito menina ainda, do sítio pelo pai para a mão dos Alcântaras” (JURANDIR, 2004, p.51-52), caracteriza o tipo de exploração camuflada, a qual o próprio explorado se conforma com a sua condição e presta serviços em troca do alimento diário e do teto que, mesmo malcuidado, protege-lhe das condições naturais externas a ele. Neste caso, a cabocla a todo o momento refere-se à dona Inácia como “madrinha mãe”, a seu Virgílio como “padrinho” e a Emília como “madrinha”, agregando a estes o valor de familiares a quem deve respeito e obediência.

Essas colocações do autor em sua ficção acabam convergindo com os pensamentos marxistas dos Manuscritos Econômico-Filosóficos (MARX, 2003, p.53), nos quais se criticam as condições aviltantes de exploração centradas em uma “economia política” que “compreende o trabalhador como simples animal, burro de carga cujas necessidades se limitam exclusivamente a necessidades corporais”. Sendo assim, Libânia seria a plena representação desta classe explorada, que recebe em troca de seus serviços apenas o que é estritamente necessário para sua sobrevivência.

No entanto, esse recebimento do que se necessita para sobreviver é relativo quando se leva em consideração a situação na qual a personagem vive. Os pés descalços de Libânia, que andam pela Belém do Grão-Pará, simbolizam o antagonismo entre as classes e o descaso alheio. Condição esta que faz Marx e Engels (1999) considerarem a burguesia dominante como a principal mantenedora da exploração do homem por seu semelhante. No caso da cabocla, ela apenas fingia não perceber seu status que, no entanto, começou a incomodar Alfredo no momento da comemoração do aniversário de Isaura na Rui Barbosa, pois no meio de tanta gente se estabeleceu um largo contraste entre ela, Libânia, e os demais convidados:

Nesse passo, chegava a Libânia, sustentando na palma da mão um bolo inglês ainda na forma, trazido do forno da padaria. Alfredo viu-lhe a fitinha no cabelo, os pés... E foi um espanto, como se nunca tivesse reparado:

Mas, e o sapato? Libânia não tinha nem um sapato? Isso para Alfredo toldou um pouco o aniversário. E o mais triste era que Libânia fingia não se dar conta, fingia resignar-se a andar descalça num degrau mais baixo ainda que aquele em que se bebia, cantava e dançava no 72 ao som do violão e cavaquinho. (JURANDIR, 2004, p. 226)

A situação de Libânia era visível aos olhos de todos os que quisessem ver, inclusive a Alfredo, que mesmo ainda sendo um garoto, fazia questionamentos de gente grande e não deixou passar em branco a observação que havia feito no dia da festa. Então, quando este voltou do Olímpia – cinema frequentado pela elite da cidade –, com as Alcântaras pela primeira vez e com os ingressos que a própria cabocla havia ido a pé buscar no Largo da Pólvora, chegou o momento de tentar obter respostas para aquela situação:

Vendo que Libânia estava ainda acordada, Alfredo foi até o quartinho dela. Acolheu-o um olhar luzindo no escuro e um “gostou do Olímpia?” que era uma carinhosa indagação. Queria Libânia saber se tudo correu bem porque tudo que houvesse de bom para ele o seria também para ela ali nas sarrapilheiras que forravam o chão, a dura tábuas. Assim dizia o olhar e a mão que o convidava a aproximar-se da enxerga onde, deitada, a jovem trescalava dos cheiros da Mãe Ciana. — Libânia... murmurou ele. Estava de pé. Olhando-a. Ela, de peito para cima deixava ver apenas as faces, acesas na escuridão.

Alfredo soltou como um desabafo: — Mas, Libânia, por que tu não tens sapato? Por que tu não podes ir ao Olímpia? Por que não dormes na rede? (JURANDIR, 2004. p.244)

A resposta para as indagações de Alfredo resumia-se ao motivo de a serva ter apenas direito ao trabalho, conforme indica um dos significados dessa palavra, apresentado pelo Dicionário Houaiss (2007), no qual o servo é aquele que não é livre,

que não exerce direitos ou não dispõe de bens, que sofre qualquer tipo de domínio ou tirania; aquele que é subordinado, dependente, na condição de criado ou escravo; na sociedade feudal, aquele que era ligado à gleba e dependente de um senhor, embora não fosse escravo.

Desta forma, a significação de um substantivo leva à significação de uma vida. A vida de Libânia. Marginalizada não somente na sociedade externa à casa da Gentil, mas, principalmente, dentro desse “lar”. Sem direito ao que calçar, pois os sapatos eram símbolos de outra classe da qual a cabocla não fazia parte, uma vez que tinha os pés descalços, por isso seguia dizendo disfarçadamente a Alfredo que os sapatos a incomodavam.

Seu dever era realizar os serviços domésticos, cortar a lenha, carregar as sacas de açaí pelas ruas do Ver-o-Peso até a casa, mesmo com as costas doídas pelos caroços de açaí marcando sua pele, vestida com roupas velhas e rasgadas que lhes eram doadas ou com os sacos grosseiros que mal lhe cobriam o corpo, deixando antever parte dos seios que já despontavam, pois ela já tinha uns quinze anos de idade. Carregava açaí e lenha como quem carregava o mundo nas costas.

São poucos os momentos em que ela aparenta consciência acerca de sua condição, bem como no momento após a mudança da Gentil para a casa literalmente caindo aos pedaços na Nazaré:

Quando veio a hora da distribuição dos quartos, coube o terceiro à Libânia, como esperava. Logo ocupou-o. Nem cal haviam passado nas paredes. Era só o soalho e telhinha de vidro lá no alto. E ali embolados, os panos da “cama”. Tinha um quarto, mas um bauzinho que fosse para a roupa tinha? Roupas? Agora, no quarto, é que imaginava: como nada possuía! Receou o soalho bichado, que cupinzal não era ali debaixo? Passeou no quarto como uma dona, estirou os braços na parede que esfarelava. Olhou as escáculas de rede bem gastas, quantos “esses” não ralaram aquele ferro agora tão fino. Ah, atravessaria o quarto. De meio a meio, com uma boa rede. Estava de costas muito maltratadas de chão; também de Deus era filha, tinha nascido de uma mãe, tinha ossos que doíam. Ah, ter, ter uma rede, e era o bastante. Fazia de conta que se embalava na rede imaginária atravessada no quarto, se embalava. (...) E suspirou, sentada a um canto, olhando os pés pretos da rua, havia escalavrado a unha grande; cheirou-se, axi! quis cuspir, engoliu o cuspe, sentia-se azeda. (JURANDIR, 2004. p. 315 [grifo nosso])

O trecho supracitado, presente no capítulo vinte e cinco da obra, traduz o quão pouco a menina possuía. Restando-lhe apenas imaginar como seria se tivesse ao menos uma rede para dormir e roupas dignas para vestir. Sonhadora, Libânia demonstra, ao leitor, apresentar algumas pequenas ambições que nunca foram alcançadas. Não teria direito a possuir sequer uma rede!

O autor de Belém do Grão-Pará progride em sua narrativa dando ênfase sutilmente para tais situações ao mesmo tempo em que dá espaço à personagem, mostrando sua interioridade e complexidade, aproximando cada vez mais o fictício do real, que Antonio Candido afirma ser uma aproximação manifestada por meio da personagem, levando à concretização do romance, erguido por essa relação dual. Acerca dessa dicotomia entre a realidade e a ficção, destaca-se o que o crítico afere:

a personagem deve dar a impressão de que vive, de que é como um ser vivo, manter certas relações com a realidade do mundo, participando de um universo de ação e de sensibilidade que possa equiparar ao que conhecemos na vida (CANDIDO, 1970, p. 64)

Libânia equipara-se ao que é de conhecimento de todos, pois é comum e recorrente na sociedade a marginalização, a exclusão sofrida pelas camadas menos abastadas socialmente. Porém, leva-se em consideração que um ser – fictício – que é elaborado por outro ser – real – repassa uma noção sempre incompleta e fragmentada de sua natureza, que não pode ser apreendida na íntegra. Contudo, a não possibilidade dessa apreensão total não o caracteriza como inverossímil, podendo Libânia

ser uma transposição do real, afinal, como o próprio Candido (1970, p. 50) expõe, utilizando-se do que diz o escritor francês François Mauriac, as personagens “**não correspondem** a pessoas vivas, mas **nascem** delas” [grifos nossos].

Assim, a personagem Alfredo, a quem Dalcídio dá o posto de protagonista, apesar de estar à margem da sociedade, vindo de Cachoeira para Belém em busca de melhores condições educacionais, tenta não aparentar nenhum tipo de matutice, esforçando-se para assemelhar-se aos meninos da urbe. “Estaria andando direito como menino da cidade?” (JURANDIR, 2004, p. 81). Percebe-se que tal comportamento adotado por ele é nada mais nada menos que uma espécie de “armadura” contra qualquer tipo de menosprezo ou subjugação alheia e uma tentativa de saborear a cidade da mesma forma como saboreava os piquiás¹ de sua mãe: vagarosa e cuidadosamente para não engolir seus espinhos. O menino, a partir da chegada à capital, tenta ser forte, tendo em vista que logo se apartaria da mãe a qual fora apenas entregá-lo a dona Inácia.

Alfredo vale-se da ambição de ter um futuro promissor para permanecer na cidade, longe dos pais, fincados em Cachoeira. Ele, que, apesar de estar em Belém sob a guarda dos Alcântaras, continuava com o coração e os pés enraizados ao chão marajoara, portanto,

Suas impressões não podiam ser nítidas. A cidade vagava num nevoeiro morno, com as suas fachadas fugidias, trilhos faiscando, as torres da Basílica entre as sumaumeiras, estas desfiando lenta sombra na calçada, nos telhados. Seu olhar, memória e imaginação em nada se fixavam. A cidade ondulava sempre. E ao chegar à casa dos Alcântaras, nada mais queria senão dormir. Belém era uma embriaguez. (JURANDIR, 2004, p.95)

Alfredo chegou à residência dos Alcântaras, ao som do trem que passava lá próximo e o lembrava do apito das lanchas que passavam também próximas ao chalé. “Em vez de barcos, da ‘Lobato’ e da ‘Guilherme’, passavam trens. Vinha, com efeito, morar à margem de outro rio?” (JURANDIR, 2004, p. 97), questiona-se liricamente. Libânia entrava pelo corredor da casa levando no colo as achas de lenhas para dentro, questionando-se sobre o porquê de o garoto vir morar com a família, com receio de perder o seu posto de criada da casa para ele.

Há ainda que levar em consideração em relação à cabocla Libânia, suas origens indígenas, atentando-se que a condição dela é resquício de um regime escravocrata do século XIX, pois,

Os cientistas germânicos Spix e Matius anotaram que nas casas de Belém, na época em que visitaram esta cidade (1820) eram mais raros os pretos empregados no serviço doméstico do que nas outras grandes cidades do Brasil. Na capital paraense, diziam, este trabalho era feito quase sempre pelos índios. (SALLES, 1971, p. 171)

Libânia, com seu cabelo liso e curto de índia, servia à família Alcântara com gosto e dedicação. Gosto, não por sua condição, pois não tinha direito a quase nada naquela casa, mas gosto de estar ali, tendo em vista que não tinha alternativa melhor e precisava prender-se à única oportunidade. Por isso, então, o receio de Alfredo ter sido trazido do Marajó para substituí-la, afinal, para onde ela iria se tivesse de ir embora?

No entanto, passado tal momento receoso advindo com a chegada do garoto, ela mostra-se a ele como amiga, enchendo-se “de um ar maternal, desfazendo no menino aquela má impressão dela”. O seu rosto agora “tinha um calor de acolhimento” e “seus pequeninos olhos apertados luziam de negros”, contudo, sem deixarem de transparecer, “salpicados de uma carinhosa malícia” (JURANDIR, 2004, p. 112). Foi com Libânia que Alfredo fez seu primeiro passeio em Belém ao Largo da Pólvora, ao Teatro da Paz, ao Grande Hotel, à estátua da República, enfim, a todo o Álbum comemorativo do centenário de Belém, visto por ele em Cachoeira.

Algumas personagens dalcidianas, tais como Libânia e Antônio, lembram os Meninos carvoeiros do poema social de Manuel Bandeira que, mesmo resguar-

1 Piquiá, pequiá ou pequi, fruto de árvore nativa de várias regiões brasileiras. Do tupi-guarani: Py (pele) e Qui (espinhos) muito apreciado na culinária brasileira. No romance em tela, há uma curiosa relação metafórica entre os espinhos do fruto e a nova vida enfrentada por Alfredo, entremeada pelo sabor aprazível encontrado em ambos.

dadas as distâncias entre o prosador Dalcídio e o poeta Bandeira, de estilos bem diversos, incentivam a reflexão sobre a calamidade instaurada socialmente e, nesse caso, denunciando o ciclo interminável da miséria humana que constitui o trabalho infantil:

Meninos Carvoeiros

*Os meninos carvoeiros
Passam a caminho da cidade.
– Eh, carvoero!
E vão tocando os animais com um relho enorme.*

*Os burros são magrinhos e velhos.
Cada um leva seis sacos de carvão de lenha.
A aniagem é toda remendada.
Os carvões caem.*

(Pela boca da noite vem uma velhinha que os recolhe, dobrando-se com um gemido.)

*– Eh, carvoero!
Só mesmo estas crianças raquíticas
Vão bem com estes burrinhos descadeirados.
A madrugada ingênua parece feita para eles...
Pequenina, ingênua miséria!
Adoráveis carvoeirinhos que trabalhais como se brincásseis!
– Eh, carvoero!*

*Quando voltam, vêm mordendo num pão encarvoado,
Encarapitados nas alimárias,
Apostando corrida,
Dançando, bamboleando nas cangalhas como espantalhos desamparados.
(BANDEIRA, Manuel, 2005, p. 90)*

O poema de Manuel Bandeira possui uma essência narrativa, apresentando personagens como os meninos, a velhinha e os animais, que proporcionam a representação da marginalização social, do infame labor infantil, revelando um olhar atento do autor frente às problemáticas sociais, dialogando com elas de tal forma que seu texto permanece sempre atual. É como se vissemos Libânia e Antônio a correr, nas figuras dessas duas crianças sujas de carvão! Bandeira e Dalcídio aliam-se, por meio de gêneros distintos, inscrevendo-se nessa relação entre homem, meio e sociedade. Tendo início a amizade, Alfredo enxergou brevemente em Libânia a imagem de Andreza, sua amiga marajoara. Agora, após se sentir acolhido pela caboclinha, uma figura positiva ao imaginar a menina na cidade, diferente de quando desceu do barco que trouxe de Cachoeira e associou Andreza à garotinha no porto do Ver-o-Peso, trazida pelo tripulante de uma embarcação para ser entregue a uma senhora:

*Uma menina de nove anos, amarela, descalça, a cabeça rapada, o dedo na boca, metida num camisaõ de alfacinha. A senhora recuou um pouco. o leque aos lábios, examinando-a:
– Mas isto?
E olhava para a menina e para o canoeiro, o leque impaciente:
– Mas eu lhe disse que arranjasse uma maiorzinha pra serviços pesados. Isto aí...
O canoeiro respondia baixo, se enchendo de respeitosa explicações, fazendo valer a **mercadoria**. A menina, de vez em vez, fitava a senhora com estupor e abandono. E deu com Alfredo que a contemplava. Olhou para ele com o mesmo estupor, mas tão demoradamente, como uma cega, que o menino virou o rosto. **Andreza teria igual sorte?** Para Andreza, a cidade seria isso também?
– Bem. Vamos ver. O compadre me leve ela. Não posso levar comigo como está. E como é o teu nome? o teu nome, sim. É muda? surda-*

-muda? não te batizaram? és pagoa? Eh, parece malcriada, parece que precisa de uma correção. Fala, tapuru, bicho do mato. Ai, esta consumição...

O compadre disse o nome dela. A caboclinha esfregou os dedos cheios de saliva no rosto amarelinho. A senhora sem despedir-se fechou o leque, que mantinha à distância os barcos, a intimidade, os fedores do Ver-o-Peso. Foi caminhando, atravessou a praça. Alfredo comparou-a a uma² dos carros de carnaval vistos numa revista antiga. A caboclinha se deixava arrastar pela mão do canoeiro através daquele labirinto, de volta à “Deus te Guarde”. (JURANDIR, 2004, p. 83-84, grifos nossos)

O excerto revela a associação que Alfredo faz entre a garotinha do cais e Andreza. Contudo, é possível também vincular aquela menina vinda tão criança ainda do interior à Libânia, trazida pelo próprio pai quando criança para ser entregue aos Alcântaras. Tal prática, bastante comum na época em que o romance foi escrito, mas ainda usual mesmo hodiernamente, apenas expressa um quadro pungente de desolação e ausência total de cidadania.

O teor de denúncia social característico das obras dalcidianas revela não só o preço atribuído ao ser humano, nesse caso considerado como mercadoria, mas também os elementos que destacam a separação entre as classes sociais. O leque “brilhante e imperioso” da senhora desempenha a função de objeto apartador entre ela e o ambiente no qual se encontra naquele momento, mantendo-a distante dos barcos e dos “fedores do Ver-o-Peso”, bem como de todos os que a contemplavam. Além do que, Alfredo também associa a mulher com aquelas vestimentas – o leque e o “chapéu de plumas” que a cobria com uma sombra violeta – a uma alegorização carnavalesca, daquelas que ele só via nas revistas do pai.

Nesse mesmo trecho, ainda é possível salientar o jogo de palavras usado por Dalcídio para nomear a embarcação que trouxe a menina que seria entregue à senhora: “Deus te guarde”. Afinal, a partir daquele momento, a vida da garota estava entregue nas “mãos de Deus” ou “ao Deus dará”, de forma que desde o momento em que ela adentrou o barco para ser vendida no cais do Ver-o-Peso teve a infância arrancada de si, cabendo somente a Deus guardá-la ou seu destino ao acaso.

A menina veio de cabeça rapada, certamente para que o canoeiro pudesse demonstrar que a mercadoria havia sido higienizada e estava livre dos males comuns da infância miserável, tais como piolhos. Descida da embarcação descalça, ela, assim como Libânia, Antônio, o também servo, e Mãe Ciana – que vendia os cheiros do Pará pelas ruas de Belém –, tinha os pés no chão.

Ivone Veloso (2014), em seu estudo acerca do romance Belém do Grão-Pará, interliga a obra dalcidiana às ideias de Giorgio Agamben, filósofo que discorre acerca de estados humanos de exceção, ressaltando aspectos da infância e da “Vida nua”, o que a faz adotar o termo “desnudamento da infância” para se referir à criança despida de direitos, que caracterizam tais estados.

Nesse sentido, Veloso (2014) reforça a ideia, supracitada aqui, de submissão entre classes. Sendo a senhora com o leque a figuração do poder que impera, representando as classes abastadas e aquela responsável por incluir a pequena menina no ambiente da sociedade burguesa paraense – mesmo que de forma excludente –, torna-a uma habitante da cidade, porém sem direito de ser cidadã, no sentido amplo da palavra. A partir da condição da cabocla semelhante à de Libânia e a dos outros personagens citados, a autora aproxima-se do conceito de “vida nua, utilizado por Agamben, que se traduz como uma infância “insacrificável, mas matável”.

Agamben para situar melhor a questão retoma a teoria aristotélica sobre política para quem o homem, como qualquer outro ser vivente, é zoé, isto é, vida nua, mera existência biológica, mas que justamente se difere dos outros seres viventes em razão de ser um animal que possui um sistema linguístico, ou seja, possui linguagem, e por ser um animal que também tem uma existência política.

Em outras palavras, a linguagem torna possível ao homem passar de zoé a politikónzoon (animal político). Interessante ressaltar que, Agamben já assinala que para Aristóteles a zoé, isto é, a vida nua não

2 Nessa passagem, o artigo indefinido “uma” pode ser entendido de forma ambígua, tanto como masculino ou feminino. Dessa forma, a intenção do autor poderia ser a de associar a figura da senhora a um carro alegórico de Carnaval ou a uma das integrantes de escolas samba, que desfilam nos carros alegóricos. Porém, seja qual tenha sido a sua intenção, de acordo com o contexto é possível afirmar de maneira geral que ele se referiu às roupas da senhora como elementos carnavalescos, ou seja, extremamente extravagantes.

se confunde com a vida política, a bios política, visto que essa é entendida sempre como uma vida qualificada, um modo particular de vida e não meramente uma existência biológica (VELOSO, 2014, online).

Agamben, retomando a teoria aristotélica, considera a existência de duas classes de vida, a política e a não-política. A primeira é reconhecida como a maneira elevada de vida, na qual o homem é munido de direitos; e a segunda resume-se apenas ao fato de estar no mundo e dele fazer parte, no sentido biológico. Portanto, a menina do porto reflete-se na figura de Libânia – e de Andreza – no âmbito ficcionista de Belém do Grão-Pará e de outras milhares externas a ele, afinal,

A nova concepção de personagem instaurada por Lukács (...) submete a estrutura do romance, e conseqüentemente a personagem, à influência determinante das estruturas sociais. Com isso, apesar da nova ótica, a personagem continua sujeita ao modelo humano (BRAIT, 1985, p. 39).

É através das personagens, entre outros recursos, que a obra põe a nu as misérias humanas, com o intuito de fazer com que se reflita acerca de questões escamoteadas pela sociedade. Outrossim, desde a Antiguidade, Aristóteles considerava as personagens como projeção da pessoa humana da mesma forma que acontece em Belém do Grão-Pará. Outras novas concepções foram desenvolvidas, após esta do filósofo grego, a respeito dos fatores que povoam o universo da obra literária e que são inseparáveis para a caracterização da narrativa, uma vez que são constituídos por um material estético significativo para conseguir o objetivo pretendido pelo artista da palavra.

Tal caráter estético construído pela/na literatura valoriza o sensível e o artístico como seus vetores de impulsão, ressaltando as formas de estilo permeadas pela plasticidade. Paes Loureiro, destacando as reflexões de Michel Maffesoli “sobre a emoção estética e seu caráter social”, expõe que a estética age como um fator de religação social na medida em que o humanismo da obra maffesoliana a compreende também “como fator de uma ética que ultrapassa sua constante preocupação temática com a pós-modernidade”, reunindo e comportando o que ele chama de sociabilidade (LOUREIRO, 2002, p. 123).

As vozes que emergem das personagens formam uma polifonia cultural, transcrita para as entrelinhas do texto dalcidiano. “Vozes veludas” da cultura massificada que permeia a trajetória das personagens. “Vozes veladas”, advindas da essência da história das personagens e que nasceram com as mesmas. A ideia de tais vozes é clareada pela explanação de Paes Loureiro:

*As vozes veladas vêm da cultura rural da experiência ribeirinha, da relação cósmica com as estrelas!
Veludas vozes vêm da urbanização devorante, da modelização da linguagem, da sedução de viagens magníficas interditas pelo salário. (LOUREIRO, 2002, p. 146)*

Loureiro discorre acerca da sobreposição do urbano sobre o rural, possibilitando uma percepção mais profunda da obra de Dalcídio, sob a ótica de vozes reais e ao mesmo tempo proeminentes. A influência exercida pela sociedade capitalista sob a família Alcântara caracteriza-se como voz veluda que seduz com sua falácia; o grito marginalizado de Libânia soa nas entrelinhas como a ânsia de possuir alguma coisa, nem que seja o vocativo de senhorita, atribuído a ela pelo entregador de pães e causando-lhe deslumbramento:

Libânia de olho aberto murmurou: Senhorita. Sorriu, abriu-se na esteira, que bom uma meia horinha assim, antes de se pôr de pé, pensando nas coisas por puro pensar. Fosse ela ficando na esteira, se coçando devagarinho nas costas, alisa as coxas, sacode o cabelo, se desenterrando do sono. E tão pobrememente ali na esteira, dos que são mais pobres, no chão. Mas um rapaz lá fora, da rua, que se encontra com muitas, entrega pão em tantas casas, vai e a chama, (chamar,

não, escreve), escreve Senhorita. Graciosa Senhorita. Que quer dizer ao certo Graciosa?
Graciosa. (JURANDIR, 2004, p. 385)

É com carinho que Dalcídio, comunista e frequentador da Academia do Peixe Frito, através os olhos atentos de Alfredo, vê os trabalhadores, descamisados, descalços, seja Libânia, Alfredo e Antônio, explorados pelos Alcântaras, sejam as costureiras que não têm roupa decente para vestir – como é o caso de Isaura –; sejam os marceneiros que não possuem móveis em casa; mecânicos sem nunca poder estender “o cano d’água da sala até o banheiro” (JURANDIR, 2004, p. 224) – como no caso dos irmãos de Isaura –, ou ainda dos portugueses “pés de prancha, possantes punhos, pai-d’égua no trabalhar”, “asseadamente sujos de trabalho”, com a “mão já tão impregnada do seu trabalho”(JURANDIR, 2004, p. 298). Enfim, personagens como Libânia, símbolo da exploração dos mais necessitados, descalços, sem voz nem vez.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O chão percorrido até aqui, juntamente com as personagens de Belém do Grão-Pará, evidencia um caminho que muito ainda pode ser explorado, uma vez que a obra analisada tem em si uma significativa riqueza de elementos esperando para serem perscrutados e expostos de diferentes perspectivas. O percurso traçado neste trabalho buscou levar em consideração a forma com que as camadas ditas de “pés no chão” e de origens heterogêneas participam da sociedade movimentada por relações baseadas em valores capitalistas.

Para tanto, não podia deixar de ser levado em consideração o perfil do autor enquanto integrante de um emergente grupo de intelectuais, os quais estavam preocupados em expor uma interpretação da sociedade brasileira distinta daquela que vinha sendo apresentada por outros autores. De escritura sensível e de aprofundamento temático contundente, Dalcídio constrói uma narrativa equilibrada e condizente com a sociedade em que vivia. A ficção constituiu uma das maneiras que este autor encontrou de subverter a visão romântica que se construía da Amazônia, bem como uma maneira de mostrar ao mundo que este espaço também possuía, assim como as outras regiões nacionais, representatividade literária.

Sendo assim, é possível afirmar que Dalcídio Jurandir, ao longo de Belém do Grão-Pará, utiliza a literatura não somente como objeto estético, mas também para compor o retrato de um tempo e de uma sociedade de ontem, porém com marcações e reflexos no hoje, com o intuito de desvelar dramas humanos universais. Ele denuncia, com sua ficção, não somente o sistema vigente da época à qual se refere, mas também o cotidiano vivenciado por muitos sujeitos que ainda hoje se encontram em situação semelhante.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Manuel. *Meus poemas preferidos*. Rio de Janeiro, Ediouro, 2005.

BRAIT, Beth. *A personagem*. São Paulo, Ática, 1985.

CANDIDO, Antonio; ROSENFELD, A.; PRAIO, Décio de A.; GOMES, Paulo E. S. *A personagem de ficção*. São Paulo, Perspectiva, 1970.

CORRÊA, Paulo Maués. *Um olhar sobre Belém do Grão-Pará, de Dalcídio Jurandir*. Belém: IAP, 2008.

COSTA, Vânia; NUNES, Paulo. *Academia do Peixe Frito: diálogos e intersecções entre Literatura, jornalismo e Ciências Sociais na Amazônia do século XX*. In Anpocs. Revista eletrônica. Caxambu: MG, 2016. Disponível em: <<http://www.anpocs.com/index.php/paper->

s-40-encontro/st-10/st02-8/10533-academia-peixe-frito-dialogos-e-intersecoes-entre-literatura-jornalismo-e-ciencias-sociais-na-amazonia-do-seculo-xx/file> Acesso em: 24 junho 2018.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

JURANDIR, Dalcídio. *Belém do Grão-Pará*. Belém/Rio de Janeiro: Edufpa/Casa de Rui Barbosa, 2004.

LEITE, Marcus Vinicius C. (Org.). *Leituras dalcidianas*. Belém: Unama, 2006.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. *A conversão semiótica na cultura amazônica*. In Elementos de estética. 3 ed. ver. e ampl. Belém: EDUFPA, 2002.

MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Rio de Janeiro: Martin Claret, 2003.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O Manifesto Comunista*. Edição eletrônica, 1999 – Ed. Rido Castigat Mores. Versão para E-Book: eBooksBrasil.com. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobebook/manifestocomunista.pdf>. Acesso em: 17 fevereiro 2015.

MORAES, Viviane Dantas. *A vida nua em Dalcídio Jurandir: metamorfoses do Estado de exceção*. 2017. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Belém, Pará.

NUNES, Paulo. *Útero de areia, um estudo do romance 'Belém do Grão-Pará' dalcídio Jurandir*: 2007. 196f. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

VELOSO, Ivone. *Infância desnuda: trajetória resistente em Belém do Grão-Pará*. In XIV ABRALIC. Anais eletrônicos. Belém: UFPA, 2014. Disponível em: <<http://xivabralic.com.br/anais/arquivos/547.pdf>> Acesso em: 03 junho 2014.

SALLES, Vicente. *O negro no Pará: sob o regime da escravidão*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1971, p. 260.

SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)*. Belém, Paka-tatu, 2002. BENJAMIN, Walter. *A modernidade e os modernos*. Trad. Heidrun Krieger et al. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.

Recebido em 30 Mai 2018 | Aprovado em 12 Jul 2018

Amanda Ynaê Maia FURTADO

Especialista em Estudos Linguísticos e Análise Literária pela Universidade do Estado do Pará (UEPA), Pós-graduanda do Curso de Especialização em Saberes, Linguagens e Práticas Educacionais na Amazônia (IFPA) e graduada em Letras - Língua Portuguesa pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. E-mail: amandaynaefurtado@gmail.com

Maria da Luz Lima SALES

Doutoranda em Ciências da Educação pela Universidade de Évora-Portugal, mestra em Ciências da Educação pela mesma Instituição e professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. E-mail: madaluz@gmail.com

Asas
da palavra

VOL. 15 | N.1 | JUL. 2018
ISSN 1415-7950